Ata da 40ª Reunião Ordinária do 1º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos dezesseis dias do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, sita à Rua Vigando Kock, nº 69. Presentes a totalidade dos senhores vereadores. Reuniu-se na Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Carla Odete Hofmann e secretariada pelo Vereador Luiz Neri Pereira, primeiro-secretário. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul foi aberta a sessão. **ATA:** Discutida e aprovada por unanimidade a ata da 39ª reunião ordinária, do primeiro ano legislativo da 19ª Legislatura. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam da pauta que é parte integrante da presente ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia, a senhora presidente enviou para as comissões técnicas os Projetos de Lei Executivo nº 71, 72 e 73 de 2021; Bem como o Projeto de Lei Legislativo nº 18 de 2021 - Autor: Darlan André Guliani – Acresce parágrafos ao Art. 95 do Código de Posturas do município de São Bento do Sul, e ainda o Certificado de Regularidade nº 037 – Grupo Escoteiro Desbravadores. A senhora Presidente, conforme regimento interno, suspendeu a sessão durante quinze minutos, para que a Comissão Temporária Especial, instituída pelo projeto de resolução nº 003 de 2021 e composta pelos nobres vereadores Adriano Reinhardt, Hélio Alves e Darlan André Guliani, para que esses definissem a disposição das atividades e a nomenclatura de cada membro. Após decorrido o prazo de suspensão da sessão, foi relatado pelo Vereador Hélio Alves a nomenclatura da comissão, sendo nomeado como Presidente o senhor vereador Hélio Alves, o senhor vereador Adriano Reinhardt como Relator e o senhor vereador Darlan André Guliani nomeado como membro. Deste modo, deu se por instituída a Comissão Temporária Especial. A senhora presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 15 de 2021 de autoria da vereadora Terezinha Maria Dybas - Solicitando a convocação do Procurador do Município, Sr. Adriano Domingos Stenzoski, para esclarecer sobre o processo judicial de nº 0001828-91.2012.8.24.0058 da Andrade Gutierrez Engenharia S/A. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas propositora do mesmo, a qual explanou que o Requerimento tem por objetivo a convocação do Procurador do Município, para que este fale especificamente sobre o processo envolvendo a Andrade Gutierrez, assunto este que já foi mencionado na sessão anterior, destacou também que como o Governo Municipal do Senhor Prefeito Antônio Tomazini e Vice-Prefeito Tirso Hummelgen, sempre visou a transparência e publicidade em seus atos administrativos, sendo assim, o Procurador do Município se prontificou em comparecer para dar esclarecimento sobre o processo e sobre a decisão do Tribunal do Estado de Santa Catarina. Solicitou pela aprovação do Requerimento, visto que é de entendimento que requerimento de informações e de convocações estão sempre sendo aprovados, pois visam o esclarecimento de dúvidas e informações importantes, frisando mais uma vez pela aprovação do Requerimento nº 15 de 2021. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o requerimento n° 15 de 2021 e o mesmo sendo aprovado por unanimidade. A senhora Presidente Carla Odete Hofmann, após a aprovação do Requerimento, solicitou a senhora Vereadora Terezinha Maria Dybas, diante da situação grave relatada referente ao processo mencionado, que fosse agendada o quanto antes a data para o comparecimento do Procurador na Câmara de Vereadores, para que sejam dados os esclarecimentos e publicidade aos fatos, o quanto antes, para a população de São Bento do Sul. Com a palavra a senhora Vereadora Terezinha Maria Dybas, explicou que o procurador havia se prontificado a comparecer na sessão vigente, porém em respeito ao regimento Interno, esta protocolou o pedido de convocação para que este passasse pela aprovação dos membros da casa, sendo assim, não sendo possível o comparecimento do senhor procurador nesta data, informou ainda que verificará a disponibilidade e destacou que ainda no mês de agosto, comparecerão nesta Casa de Leis o senhor Secretário de Obras Jairson Sabino e senhor Secretário do Planejamento e Urbanismo, Cassio Luiz Zschoerper, diante desse fato, observará a ordem e disponibilidade, frisando mais uma vez que o Procurador já gostaria de se fazer presente nesta sessão. A senhora presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei Executivo nº 66 de 2021 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município. Com a palavra a líder de

governo, trata-se de atender a aprovação de uma bolsa atleta, técnico e para desporto e que estes pagamentos foram aprovados em reunião dia 26/01/2021 a bolsa técnico e dia 25/03/2021 a bolsa atleta para desporto. Para a bolsa atleta para desporto, será um valor suplementar de quatrocentos e trinta e oito mil e setecentas reais, com a previsão de atender a estas bolsas e que os valores vão sair da fundação do desporto sendo esta uma adequação dentro da própria pasta. Frisou que essa bolsa, é um incentivo para os atletas que fazem parte das práticas esportivas, como também, é a remuneração dos técnicos diante a sua atuação, ainda complementou que na próxima edição desta bolsa atleta, segundo orientações do Tribunal de Contas, a mesma se dará meio do chamamento público, orientação que será seguida pela Fundação de Desportos. Finalizou sua explanação solicitando pela aprovação. Com a palavra o Senhor Vereador Luiz Neri Pereira. Relatou que “estes são aqueles problemas que infelizmente acontecem na troca de governo” onde o orçamento da bolsa atleta e bolsa técnico do ano anterior eram em torno de um milhão e cem mil, sendo deixado para esse ano, apenas seiscentos mil no orçamento, sendo então necessário o remanejamento de pasta para que ocorram os pagamentos. Lembrou que o valor da pasta é o mesmo do ano passado, visto que não pode aumentar diante da lei do Governo Federal, prosseguiu frisando que foi necessário o remanejamento para que houvesse o pagamento das bolsas aos atletas e técnicos. Com a palavra o senhor Vereador Adriano Reinhardt. Comentou a respeito das verbas que são deixadas de um ano para o outro, principalmente, quando ocorre a troca de legislaturas, desde modo, solicitou aos vereadores que ajam de forma coerente no final de suas legislaturas para que não ocorram situações que complicarão as futuras pastas do próximo governo. Frisou que os vereadores devem buscar sempre o desenvolvimento do município, independente de bandeira política. Com a palavra a senhora presidente Carla Odete Hofmann, que acentuou importância da fala do senhor vereador Adriano, referente a organização financeira para próximo mandato. Frisou que quando ocorrem faltas devem-se lembrar que “estão tirando do povo de São Bento do Sul e não do prefeito”, prosseguiu sua fala dizendo que considera como correto deixar pelo menos o mesmo valor que do ano anterior, uma vez que não há motivações lógicas para as reduções, visto que os gastos tendem sempre a aumentar. Reforçou novamente a coerência na fala do senhor vereador Adriano Reinhardt, visto que é o que estão buscando durante o decorrer desta legislatura. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o referido projeto sendo este aprovado por unanimidade. A senhora presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei Executivo nº 67 de 2021 - Autor: Executivo Municipal - Ratifica Termo de Convênio nº 31/2021 que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, e o Município de São Bento do Sul. Com a palavra a líder de governo, que destacou que o referido projeto de lei se trata da ratificação de convênio entre o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, e o Município de São Bento do Sul. Diante da postulação do Corpo de Bombeiros, solicitando a emissão do termo de convênio para que possa ser feita a execução e prevenção, o controle a sinistros, busca e salvamento, atendimento pré hospitalar que estão previsto no artigo 108 da Constituição Federal. Prosseguiu destacando que este ajuste já foi celebrado e publicado no diário oficial do Estado de Santa Catarina na data de 29/07/2021, sendo necessária apenas a ratificação pela Câmara de Vereadores. Lembrou ainda, que o período deste convênio é de dez anos e está se findando, sendo proposto por mais dez anos, tendo sua vigência da data de 02/09/2021 até 01/09/2031, para finalizar pediu a todos pela aprovação. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o referido projeto, o qual foi aprovado por unanimidade. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Executivo nº 64 de 2021 - Autor: Executivo Municipal - Altera a Lei nº 1681, de 10 de outubro de 2006. Com a palavra a líder de governo Vereadora Terezinha Maria Dybas. A Vereadora iniciou destacando que o referido Projeto de Lei pretende alterar a Lei de Zoneamento Municipal, diante da existência de imóveis onde já foram encerradas atividades econômicas e por falta de previsão legal, estes não podem iniciar outra atividade econômica sem os trâmites necessários para liberação junto ao Poder Executivo. Continuou explicando que essas situações acontecem nas consideradas zonas industriais fechadas e a discussão se pondera na autorização de instalação de depósitos para distribuição e estocagem nestes locais, desde que, esses

galpões/depósitos possuam espaço para manobra de veículo. Reitera que a alteração visa dar uma continuidade a uma atividade econômica diversa da que estava sendo prestada, sendo esta então para a estocagem ou depósito desde que tenha a possibilidade de manobra de veículos no local. Destacou os dados apresentados pelo jornal local, A gazeta, onde se mencionou na data de 03/08/2021, que há 783 pedidos de viabilidade de empresas de pequeno, médio e grande porte no município, no ano de 2021, dados estes identificados até o mês de julho do mesmo ano, sendo aprovados 608 destes pedidos, correspondente a 77,66% da totalidade. Finalizou alegando que com a alteração, provavelmente a porcentagem de aprovação desses pedidos seria maior e considera essa como uma alteração pontual e necessária para o desenvolvimento econômico de São Bento do Sul. Atentou ainda que somando os pedidos de empresas de pequeno, médio e grande porte com as MEIS, seriam totalizados 1432 pedidos, sendo 1138 aprovados no a 2021 até o mês de julho, enfatizou a necessitada da análise ao projeto e solicitou pela sua aprovação. Com a palavra a Vereadora Carla Odete Hofmann. Iniciou destacando a necessidade premente de se mexer na Lei de Zoneamento, ponto fulcral para o desenvolvimento municipal, continuou alertando que assuntos como Plano Diretor e Zoneamento sempre voltam para discussão na Casas de Lei diante da inercia para a resolução das mesmas nas legislaturas antecedentes, prosseguiu em sua fala afirmando que quando estes assuntos forem resolvidos, não precisarão ser mais debatidos, passando assim, para os outros assuntos emergenciais do município. Relatou a importância de alterações necessárias para o andamento de novos negócios no município. Enfatizou que em conversa com a Secretária Andrea Tamanini, ponderou que deverá ocorrer outras alterações pontuais na lei de Zoneamento, que poderão ser referentes aos locais de atuações de empresas diante da mudança de CNPJ, não podendo mais atuar no local sendo que estão atuando com o mesmo volume de atividade, mas com atividade diversa, afirmou que estas alterações contribuirão para destravamento da economia e do desenvolvimento municipal. Com a palavra o senhor vereador Adriano Reinhardt, destacou sobre a importância do Projeto de Lei, frisando que por estar parado esse assunto por anos da a se entender que está se barrando a concorrência no município. Alegou que os vereadores devem sempre pensar no futuro, pois mesmo sendo uma cidade considerada pequena, deve-se sempre buscar ser uma das melhores do Brasil, relembrando que a cidade já foi uma das maiores produtoras de móveis para exportação. Destacou que há na cidade, grandes empresas, e que a mesma deve voltar a crescer e desenvolver, sempre com o pensamento no futuro municipal, esquecendo o passado corrigindo os erros. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será enviado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Executivo nº 68 de 2021 - Autor: Executivo Municipal - Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 e dá outras providências. Com a palavra a líder de governo, iniciou informando que o referido projeto se trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2022. Relembrou que há algumas sessões foi discutido o PPA – Plano Pluri Anual, sendo este para os próximos 4 anos. Enfatizou que a LDO deve obedecer o que está previsto no PPA e que será discutido neste projeto de forma pormenorizada, todas ações e programas que a gestão pretende realizar no ano de 2022. Ressaltou que as obras que encontram-se iniciadas, terão prioridade em relação as novas obras. Destacou que os vereadores poderão fazer emendas neste projeto, desta forma, mostra-se a importância do estudo e análise desta LDO com a reunião dos vereadores, como já foi feito em outras situações, para maior entendimento do mesmo. Terminou sua explanação ressaltando a importância do Projeto, pois o mesmo demonstrará o investimento nas pastas no exercício de 2022. Frisou que após vira a LOA, Lei Orçamentária Anual, para discussão e que todas devem estar em harmonia para que seja atendida da melhor forma possível a comunidade São-bentense. Finalizou se disponibilizando para eventuais dúvidas sobre o projeto de Lei e para o agendamento da reunião para uma maior explanação da mesma. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será enviado a segunda discussão e votação na próxima sessão. Com a palavra a senhora vereadora Carla Odete Hofmann. Mencionou que o projeto possui prazo para setembro, sendo então demonstrado a necessidade de ser colocado em discussão

assim que recebido, para que os vereadores houvesse um maior tempo para a sua análise e que será disposto a todos uma forma de acesso aos documentos do mesmo. Finalizou reiterando a importância de uma reunião para discussão antecipada, conforme já apresentado pela vereadora Terezinha Maria Dybas. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será enviado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Executivo nº 69 de 2021 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do município. Com a palavra a líder de governo, informou que o referido projeto de lei se trata de uma alteração orçamentária para abertura de crédito adicional no valor de cem mil reais, com o objetivo de equipar o departamento de Planejamento, com servidor adequado para o sistema de georreferenciamento e cartografia, sendo esta uma necessidade a ser implementada. Finalizou solicitando a aprovação na segunda discussão do Projeto de Lei. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será enviado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Executivo nº 70 de 2021 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do município. Com a palavra a líder de governo informou que o referido projeto de lei também se trata de uma alteração orçamentária para abertura de crédito adicional no valor de cinquenta mil reais, para implementar servidor adequado para o sistema de georreferenciamento e cartografia, ressaltando a necessidade diante serem contas diferentes e que este valor é proveniente de superavit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. Finalizou solicitando a provação na segunda discussão. Com a palavra a Vereadora Carla Odete Hofmann que frisou que é de suma importância a aquisição de uma ferramenta dessas, pois trará para o município inúmeras possibilidades em relação a organização efetiva, referente ao tamanho das construções do município. Ponderou que é necessária a aquisição dessa ferramenta para que haja a atualização dos dados, frisando que a informação é absolutamente necessária para o desenvolvimento do município e que sem ela não há planejamento. Finalizou sua explanação alegando que com os números atualizados, boas notícias serão esperadas e se terá um planejamento efetivo. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será enviado a segunda discussão e votação na próxima sessão. **PALAVRA LIVRE:** fez uso da palavra livre o vereador **Hélio Alves.** iniciou sua fala ponderando que atuará sempre cobrando e fiscalizando, mas quando for executado algo solicitado, parabenizará. Sendo assim, parabenizou a Secretaria de Obras pela realização da Tubulação na Rua Lourdes Verbinnen Lobermeyer, no Alpestre. Comentou que continuará fiscalizando e agradecendo quando necessário. Destacou ainda, que muitas vezes os moradores solicitam a execução de alguma obra, mas que quando é realizado, não agradecem. Então acredita que o mesmo comportamento de agradecidamente devem ser seguido por todos. Falou que quanto atuava como Secretário de Obras muitas vezes ouviu, após executar os pedidos solicitados, que aquilo era dever do município, portanto não precisava haver agradecimento, mas alega que acredita que deve sempre haver agradecimento. Relatou que enquanto visitava o Alpestre, foi cobrado em relação ao asfalto, assunto este que já havia sido mencionado na sessão passada e que a seu ver está virando “novela”. Mencionou que “a rua lá no Alpestre foi patrolada há 12, 13 dias atrás, já estava virada” de volta”. Destacou que a situação daquela via é complicada, pois o o dinheiro para dar início ao asfalto não sai. Destacou que em conversa com a vereadora Terezinha Maria Dybas, mencionou que a Caixa poderia dizer a data que liberaria o valor, “que sairia lá em janeiro, fevereiro”, sendo assim, poderia ser feito algo antes do início do verão, destacando que poderia ser planejado algo mais na baixada, com uma base de rachão, colocando o graduado em cima. Alegou que já havia pensando nessa implementação no ano passado, mas com o “libera, não libera” da Caixa, não se pronunciou antes. Destacou que com a vinda do verão e com as chuvas fortes da época, a situação daquela rua será outro drama, com a patrola tendo que passar semana sim, semana não, para arrumar a rua, sendo assim, se faria um trabalho descente que ficaria para o resto do ano. Prosseguiu alegando que a situação da rua é complicada, visto que como se investirá em uma rua da qual o valor para a realização de asfalto está

nesse “chove não molha” diante da inexistência da data da liberação do dinheiro. Solicitou o aparte o senhor vereador Adriano Reinhardt, o qual foi lhe concedido. Iniciou destacando que conforme conversa em reunião ao gabinete do prefeito referente ao Finiza, onde o mesmo alegou que teria resposta na “sexta-feira”. Frisou que deveriam solicitar explicações ao Executivo, para que os vereadores, não fiquem sofrendo diante das cobranças da população. Alegou que não é uma crítica ao executivo e sim uma busca por informação para que não fique apenas o “peso nas costas dos vereadores”. Afirmou que é serviço dos mesmos a busca por informações e que isso ajudaria até livrar o executivo, pois mostraria que o responsável é a Caixa pela demora na liberação do financiamento, sendo assim, este teria que se explicar ou solicitar mais documentos para sustentar a demora. Solicitado o aparte pelo Vereador Darlan André Guliani, o qual foi lhe concedido. Iniciou destacando que foi solicitado inúmeros documentos ao Poder Executivo pela Caixa, o qual até considera exagerado, mas alegam que precisam de segurança que a Prefeitura irá arcar com empréstimo. Destacou que a última informação que o Prefeito trouxe foi de ter pressionado a Direção da Caixa Econômica de Joinville, a qual responde pelo nosso município e que a explicação fornecida foi a de que o processo ficou parado diante da troca de direção da Caixa Econômica. Prosseguiu ressaltando que é de suma importância que fique esclarecido para população que a demora da liberação não é do Legislativo ou Executivo e sim, do processo burocrático do país que pela“ infelicidade ou felicidade viemos reencarnar”. Finalizou sua fala afirmando que é isso que deixa engessado esses processos. Novamente com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Destacou que deve ser demonstrado quem é responsável pela demora, visto que logo poderá passar mais um mandato e o dinheiro ainda não será liberado. Frisou que quem sempre sofre com essas situações é o povo. Mencionou que o endividamento do município é baixo, portanto, o município possui muito crédito para fazer investimento finalizando assim, seu aparte. Solicitado o aparte pela vereadora Terezinha Maria Dybas, o qual foi concedido. Compartilhou da fala do vereador Adriano Reinhardt, da qual o município de São Bento do Sul tem capacidade para contratos financiamentos, informando que o financiamento que foi solicitado para o Saneamento Básico pela Samae, já foi liberado e que este financiamento para as dezesseis ruas ainda não foi liberado. Destacou que não falta nenhuma documentação, fato esse que até já havia conversado com o senhor vereador Hélio, pois não entendem o porque da não liberação, visto que os dois financiamento eram iguais, apenas com datas de inícios diferente. Finalizou comentado que gostaria que tivessem uma data para informar quando sairá o financiamento, enfatizando que a única justificativa é a troca da direção de caixa e a solicitação da mesma para aguardar. Novamente a palavra com senhor Hélio Alves. Alegou que a situação é complicada já que não há uma data de previsão de liberação do financiamento, ficando desse modo complicado para a população e para o patrolamento da rua, finalizando seu tempo. Solicitou um aparte o qual foi concedido. Novamente ressaltou que estava presente no Alpestre, onde foi informado sobre a campanha São Bento Sempre Limpa, que ocorrerá no Sábado, para que se colocasse um caçamba próximo ao Eco ponto para o deposito de entulho, visto que é comunidade grande, e assim facilitaria até o carregamento do entulho, até mesmo quando realizado pelo Programa São Bento Sempre Limpa, evitando também o acumulo de entulho que sempre ocorre nas ruas e barrancos do local, podendo ser levado para os bairros conforme possível estudo da Samae ou do responsável por essa situação finalizando assim sua fala. Fez uso da palavra livre a vereadora **Carla Odete Hofmann**, iniciou parabenizando o novo assessor de imprensa, senhor Giancarlo Perrett, com o objeto de inovar a comunicação da Câmara de Vereadores, não só com os setores de imprensa mas também deixando mais próxima com a comunidade, diante dessa busca por aproximação de informação informou que será transmitido por meio do aplicativo Instagram as sessões da Câmara, diante da maior utilização do mesmo pela pessoas, sendo assim seu maior alcance na informação e divulgação do trabalho da Câmara de Vereadores. Desejou sucesso ao novo assessor e que consiga assim, por este meio uma comunicação mais próxima, tanto com a imprensa, quanto com a população de São Bento do Sul. Continuou seus agradecimento e compartilhou que concorda com o pensamento do senhor Vereador Hélio Alves, que é importante cobrar mas também é importante agradecer e reconhecer o trabalho dos servidores, elogiando especialmente ao pessoal da Vigilância Sanitária bem

como o pessoal da vacinação que, diante da indisponibilidade de locomoção de algumas pessoas para a vacinação, desse modo a Vigilância acabaram por se deslocaram até as casa das mesmas, destacando a Silvana e a Cris, que destacaram uma equipe para que a vacinação ocorre-se. Prosseguiu parabenizando os trabalhos do grupo Semeador, mesmo não acompanhando o trabalho presencialmente, destacou que fazem uma importante divulgação da cultura, dos artistas, das pessoas que são amantes da arte e divulgação dos trabalhos aqui de São Bento do Sul. Informou que mesmo não presenciando, ouviu e leu só comentários positivos perante o trabalho do grupo. Parabenizou a Comissão Temporária Especial, em nome do Presidente Hélio Alves, desejando que o acompanhamento que será realizado por estes, traga resultados, perante a fiscalização do processo administrativo em andamento referente os fatos apresentados sobre a Secretária de Obras e finalizou sua palavra destacando o Agosto Lilás. Mencionou que na terça-feira, dia 17/08/21, terá um encontro na Câmara de Vereadores, realizado pelo CONDIM, com a presença de várias servidoras públicas com o intuito de abordar e divulgar informações sobre a violência domestica. Frisou que neste ano está sendo comemorado os 15 anos da Lei Maria da Penha, esta que foi uma marco no ordenamento jurídico brasileiro, dando visibilidade as mais variadas formas de violência. Relatou que esse encontro foi apoiado pela Procuradoria da Mulher, pelas vereadoras e vereadores, relembrando que está uma causa não apenas das mulheres, mas de todos aqueles que são sensíveis aos direitos das mulheres, sendo assim, uma causa da sociedade. Enfatizou que essa atividade será dentro das normas para prevenção do Covid e relatou que o objetivo é de conscientizar as servidoras para que elas possam replicar esse tema às demais mulheres e a comunidade em geral. Finalizou sua fala parabenizando mais uma vez o CONDIM pelo seu trabalho e frisou que se deve festejar o aniversário dessa Lei, mas de uma forma reflexiva. Fez o uso da palavra livre a vereadora **Terezinha Maria Dybas.** Iniciou sua fala destacando que a mesma seria em relação a Secretaria de Saúde, em resposta a um pedido realizado pela vereadora presidente Carla Odete Hofmann na sessão anterior, portanto, sua fala será baseada na leitura, para ser mais fiel aos dados e fatos relatados pela Secretária da Saúde. Destacou que a Secretaria tem por obrigação constitucional gastar 15% do orçamento municipal e que São Bento do Sul já tem o gasto superior a 30%, alegando que o município já vem de outros anos investindo pelo menos o dobro na pasta da saúde. Enfatizou que esta é uma pasta que se tem bastante dificuldade para atender todas necessidades, mas que isso não pode ser utilizado como desculpa para não ocorrer a realização da mesma. Realizou então, a leitura do ofício contendo a resposta da Secretária da Saúde, o qual iniciou pela questão de Médicos nas Estratégia de Saúde da Família e UBS (Unidades Básicas de Saúde) que o município conta atualmente com 01 Central de Atendimento ao Covid, sendo esta localizada na 1º maio. Destacou que a do Bairro de Serra Alta foi encerrada as atividades em relação ao Covid, devido à baixa na procura, voltando a mesma ao seu atendimento normal. Informou que são 13 unidades com médicos de 40 horas, os quais realizam atendimento presencial das 7:30am as 16:30 pm, por agendamento e urgências; a unidade básica central funciona da 7:00 as 21:00, relatando que a partir das 17:30 são realizados atendimentos fora do horários das UBS E IFS e que as Unidades Básicas dos bairros de Progresso, Rio Vermelho Estação, Rio Vermelho Povoado, Bela Aliança e Vila Pitz, os atendimentos ocorrem em dias alternados, conforme escala e horário de cada profissional. Enfatizou que está situação ocorre devido falta de médicos suficientes para todas as unidades. A Secretária relatou que já foram realizados três processos seletivo, os quais não houveram inscrições de profissionais médicos suficientes para atender a demanda, além de pedidos de redução de carga horaria de alguns profissionais da rede da saúde. Em relação aos atendimentos trouxe dados. Em julho de 2021, foram realizados 71.844 atendimentos nas unidades básica de saúde, destas 12.706 consultas médicas. As ISF e UBS tem por objetivo de promover os atendimentos preventivos, com divisão semanalmente de demanda espontânea, gestantes puérperas, visita domiciliar para acamados, atendimentos para crianças, pessoas com doenças crônicas, saúde mental e resultados de exames. Os médicos fazem os atendimentos em torno de 15 min, mas conforme o CRM, se houver necessidade de mais tempo, assim este fará. Destacou que nos casos de busca de atendimento e com a agenda completa para o dia,

orienta-se que o paciente agende atendimento para uma data disponível, porém este passará pela avaliação dos enfermeiros para verificar se o caso é urgente, sendo assim, será encaixado na agenda ou encaminhado ao hospital. Continuo a leitura do oficio abordando as informações sobre o sistema de consultas e o aplicativo e-cidadão. Relatou que o Sistema foi definido em conjunto com os Conselhos Locais das unidades de cada bairro e que geralmente as unidades atendem no período matutino as consultas agendadas e urgências, deixando para o período vespertino os pacientes como gestantes, crianças, crônicos, saúde mental, resultado de exames e visitas domiciliares conforme a organização do dia. Informou sobre o aplicativo e-cidadão, que este já se encontra implantado em todas as unidades, porém está com baixa adesão pela população, acredita-se que por ser uma novidade levará um pouco de tempo para a adaptação de toda população. Finalizou destacando a fala da Secretária de Saúde onde alega que " a equipe da Secretaria de saúde está comprometida com a população e constantemente vem buscando melhoria no atendimento e oferta de serviço ao usuário sus", dando destaque a complexidades que está pasta exige. Com a palavra livre o senhor vereador **Darlan André Guliani**. Iniciou sua fala sobre a Comissão Temporária Especial, destacando que a população deve ficar consciente da responsabilidade que estão assumindo os membros da comissão, como também os vereadores desta casa de leis, para que o processo administrativo ocorra de forma imparcial e enfatizou que "doa a quem doer, não existe meio certo, o certo é certo e o errado é errado", indiferente do lado que a balança indicar o peso maior no final do processo, emendou sua fala comentando a respeito de uma resposta de um requerimento de informações realizado pela casa de leis, onde se relatava a transparência referente as folhas de pagamentos que poderia causar a recusa de atuações nessas funções, mas destacou que qualquer folha de pagamento de qualquer funcionário público está no Portal da Transparência, sendo este aberto a todos e que não há como proibir os atos de visitas ao site como também de compartilhamento dessas informações, pois é isso que a transparência. Destacou novamente que o serviço de fiscalização é dos vereadores e que se comprometem a fazer fiscalização e lutar por única causa que a do povo e do bem comum e não partidário ou individual. Prosseguiu sua fala, solicitando a representante de governo abordando a questão do Médico Veterinário da Secretaria da Agricultura. Relatou que houve concurso e que o cargo ficou ocupado por pouco tempo, visto que logo o profissional pediu exoneração e que um dos motivos que levara, a essa atitude foi a questão salarial, relatou que entende a situação da Lei Federal estar engessando tudo o que poderia ser melhorado. Destacou que o segundo e o terceiro colocado do concurso já declinaram, restando agora ao quarto colocado assumir a vaga. Solicitado aparte pelo senhor vereador Luiz Lindecir Pesenti, o qual foi concedido. Iniciou sua fala trazendo informações obtidas através do Secretário da agricultura sobre o concurso, onde relatou que foram seis participantes classificados e que durante a seletiva os mesmos seis desistiram do cargo, sendo novamente aberta a seletiva. Destacou a questão das negativas em relação a baixa remuneração para o cargo. Finalizou seu aparte destacando que " não acredita que o algum veterinário ficará no cargo por muito tempo" diante da defasagem do salário. Novamente com a palavra o senhor vereador Darlan André Guliani, destacou que este tema é de suma importância e que entende que a pasta da Agricultura tem maior peso para a cidade, porém não se deve esquecer da causa animal, zoonoses, mal tratos e abandono. Solicitou que todos se dispusessem a tentar resolver esta causa, e ainda, em especifico para a representante de governo, para ver quais são as possibilidades para minimização dessa problemática. Finalizou sua fala com a ponderação que se deve dar uma solução permanente e não apenas um "tapa buraco" para situação. Com a palavra livre o senhor vereador **Luiz Neri Pereira**. Iniciou sua fala trazendo a situação da Rua Algusto Klimmeck no cruzamento com a Rua Marechal Floriano, próximo a esquina do Colegio Froebel, onde essa via encontra-se fechada para quem desce durante há alguns meses, no sentido da Empresa Condor para o Centro. Alegou que devido algumas mudanças de transito nessas vias, ocorreu maior trafego de transportes com carga. Destacou que já haviam estudos da Defesa Civil, onde demonstrou que havia ocorrido alguns vazamentos antigos do Samae que deixaram estragos no solo e com aumento do trafego de veículos mais pesados, cedeu o muro da residência de esquina, essa que encontra-se tombada pelo

patrimônio histórico municipal, diante dessa situação, foram realizados estudos pela Defesa Civil e do Setor de Planejamento para verificar quem é o responsável pela situação. Nessa investigação chegou a conclusão que a responsabilidade é da Prefeitura para estar refazendo a recuperação do muro dessa residência. Destacou que o projeto encontra-se pronto e que espera que nos próximos dias ou meses as obras continuem para que o transito volta a ser reestabelecidos naquelas vias. Relatou que na tarde da segunda-feira (16/08) conversou com o Diretor do Samae, senhor Osvacir Peters, sobre o inicio das atividades da Usina de Reciclagem, onde todos já se encontram ansiosos para que esta entre ação e comece a consumir com todo o lixo produzido por São Bento do Sul. Informou que a máquina passou por uma revisão e que só falta algumas autorizações através do Consórcio Quiriri e que também está sendo realizado algumas atualizações no solo e paredes, para que a mesma possa entrar em funcionamento sem que ocorra vazamento dos resíduos durante o processo. Alegou que infelizmente tudo é muito burocrático por isso ainda, a máquina não está em funcionamento. Informou que, a principio, ao final desse mês de agosto, será feito um novo pedido para liberação ao Consórcio Quiriri das atividades e assim contratação e terceirização das pessoas para o trabalho no local. Sendo assim, destacou que acredita que até o final desse ano a máquina estará em funcionamento, ou no inicio do ano que vem. Enfatizou que a cidade de São Bento do Sul pode virar referência diante do grande desempenho dessa máquina no consumo do lixo e ainda gerar lucro para a cidade diante da criação de peças com os resíduos sólidos, onde poderão ser utilizados pela própria Prefeitura como também com os lixos orgânicos que resultarão no gás que trará um retorno de recurso de energia para o próprio Samae. Relatou que algumas empresas e negócios já estão interessados no uso desses materiais, desse modo nada será perdido. Enfatizou que a mesma “é um sonho, pois nosso lixo irá desaparecer”, e que esta funcione e seja um sucesso e referência. Comunicou que também compareceu na Fundação Municipal de Desportos, onde está ocorrendo a criação de edital de chamamento público para a contratação de treinadores e atletas, que já existia a exigência do ministério Público desde 2017 e que nesse ano começou-se a trabalhar na Lei, esta já passou pelos departamento da Prefeitura para ajuste e verificações, sendo está uma forma de dar mais “lisura” para a contratação, diante que a contratação ocorrerá conforme os títulos, conquista, resultados e histórico de cada profissional e não mais por serem amigos e conhecidos, sendo importante ocorrer desse modo a contratação no Poder Público. Finalizou sua fala comentado a respeito da criação do cartão eletrônico para pagamento nos termos da Legislação Vigente, pois informou que até o ano passado (2020) os treinadores não possuíam um meio para receberem pagamentos para participarem dos eventos esportivos. Destacou que este cartão corporativo já se encontra em funcionamento desde 2011 na cidade de Balneário Camboriú, onde os treinadores ficam responsáveis por suas utilizações. Informou que o mesmo é um cartão de crédito, onde o dinheiro fica depositado em uma conta de investimento dando segurança e cuidado para com o dinheiro público. Fez o uso da palavra livre a Senhora vereadora **Zuleica Maria de Sousa Voltolini**. Iniciou sua fala relatando a conversa com o Secretário da Educação, senhor Josias Terres, sobre o corte das bolsa de estudos do Ensino Superior em São Bento do Sul. Enfatizou que ficou triste diante da situação, pois deseja que os jovens estejam sempre estudando. Informou que a justificativa dada pelo secretário foi que enquanto as metas na educação infantil e ensino fundamental não forem cumpridas no municpio, o Tribunal de Contas sugeriu que as bolsas do Ensino Superior fossem suspensas neste momento. Relembrou que nos mandatos passados sempre foram discutidos os valores que seriam repassados a mais para o investimento na Educação do Ensino Superior, onde se formam novos profissionais com novos conhecimentos que tornarão melhores cidadãos. Frisou que doí falar sobre esses cortes na educação, principalmente para quem é educador. Destacou ainda que sabe que muitas famílias dependem desses valores, porém entende-se a posição do Tribunal de Contas, mas que não deixa de ser uma situação triste. Ressaltou que não se pode construir um pais sem a educação e que é dever dar um retorno a população. Solicitou a Líder de Governo e ao Executivo para que seja reavaliado a situação diante da necessidade e pelo meio legal, para que seja realizado esse incentivo para os jovens do Ensino Superior. Solicitado um aparte pela senhora vereadora Carla Odete Hofmann, o qual foi lhe

concedido. Destacou que também esteve em conversa com o Secretário da Educação, senhor Josias, com o gabinete do Prefeito e com a Secretária Andrea, para que fosse realizado de outra maneira a realocação desses recursos, como pela área de ciência e tecnologias. Informou que solicitou urgência na analise dessa situação e ainda, que como professora do Ensino Superior, entende a dificuldade desses alunos que estão na dependência desses recursos, deixando até de realizarem suas matriculas para o próxima fase. Enfatizou novamente, que solicitou urgência ao gabinete do Prefeito em conversa com o Doutor Assessor Patrick e dirigiu sua solicitação também a Líder de Governo, vereadora Terezinha Maria Dybas para que seja dada uma resolução a essa situação de forma ágil. Novamente com a palavra a senhora vereadora Zuleica Maria de Sousa Voltolini. Enfatizou que se deve encontrar alguma outra forma, em conjunto com o executivo, para que essas famílias possam ser beneficiadas por esse recurso, dando assim, continuidade ao curso. Solicitado aparte pela senhora vereadora Terezinha Maria Dybas, o qual lhe foi concedido. Comprometeu-se em dar um retorno a situação como também que corrobora com a fala da Vereadora Zuleica, mas que infelizmente as leis trazem algumas limitações, onde o Tribunal de Contas, neste caso está orientando. Destacou que a obrigação do município é de oferecer a educação básica, o ensino médio é do estado e educação superior seria responsabilidade federal, mas enfatizou que gostaria que o município continuasse ajudando estes alunos que estão no Ensino Superior e precisam dessa contribuição. Comunicou que estará analisando os estudos que já estão sendo realizados pelo Gabinete Municipal, para a viabilidade que esses recursos continuem sendo fornecidos, mas não diretamente pela Secretaria da Educação, ressaltando que pela mesma não é mais possível, mas sim que ocorra de outra maneira essa contribuição. Finalizou relatando que espera trazer essas informações para a próxima sessão. Com a palavra novamente a vereadora Zulei Maria de Sousa Voltolini. Enfatizou que o se deseja é dar oportunidade aos estudantes para que possam continuar frequentando tranquilos, sem o desespero referente ao pagamento da mensalidade da faculdade. Relembrou que na sessão anterior, foi votado um parecer sobre questão do esporte, onde alguns amigos do esporte a procuraram, como também algumas pessoas por meio da rede social, onde foi questionada sobre a votação. Enfatizou ainda, que é formada e pós-graduada em Educação Física e que atuou na área por muitos anos, sendo defensora do esporte e que sabe a importância do mesmo para a saúde de todos os cidadãos. Mencionou que se entristeceu quando foi apontada como contra os esportes, sendo que não foram contra aos esportes, “mas a favor no que q legislação nos ampara”. Destacou que os vereadores devem fazer a coisa certa dentro da legalidade e o que foi votado foi o parecer, que informava que na existência de Lei Federal tratando daquela questão, onde uma lei municipal, não pode ferir leis estaduais e federais, obedecendo uma hierarquia. Enfatizou que isso foi feito pelos vereadores. Informou a existência da Lei 17.941 do Deputado Estadual Fernado Krelling, que coloca o esporte como atividade existencial. Finalizou sua fala ponderando que os decretos da cidade em relação a pandemia, são oferecidos normas e critérios que foram discutidos dentro do comitê de crise ao Covid. Relatou que foi decido pela Comissão, que mesmo que aprovada a lei, essa não teria efeito algum, pois deve seguir os protocolos de segurança do Estado. Alegou então que votaram com coerência e dentro da legalidade, baseados por estudos e de forma consciente sobre a matéria, e agradeceu o senhor vereador Paulo pela criação do Projeto de Lei. Com a palavra livre o senhor vereador **Paulo Ziefka.** Iniciou sua fala comentando sobre o parecer relatado na fala da vereadora Zuleica Maria de Sousa Voltolini. Explicou que existe uma comissão que analisa os pareceres e que esta comissão não tem necessidade de ser sempre favorável ao parecer do jurídico. Então, enfatizou que caso se entenda que o parecer jurídico não esteja de acordo, pode se votar desfavorável, mas que na situação do Projeto de Lei referente ao esporte, foi entendido que o parecer jurídico estava correto, e se votou contrario ao projeto. Informou que em oito cidades de Santa Catarina foram apresentados projetos iguais a este e que foram aprovados. Também informou que houve a aprovação de projetos nesse sentido em outros estados, citou de exemplo Rio Grande do Sul, Sergipe. Enfatizou que apresentou o projeto com o intuito de defender o esporte e ajudar não somente a área esportiva, como também academias, escolas de danças, que não estão podendo trabalhar da forma que estavam trabalhando diante da pandemia. Solicitou aparte a

senhora vereadora Terezinha Maria Dybas, o qual lhe foi concedido. Compartilhou da fala do vereador Paulo Ziefka, onde informou que esta com “verdadeira razão” que a comissão pode ser contraria ao parecer jurídico do assessor da Câmara de Vereadores. Relembrou que até já ocorreu em outra oportunidade, mas que sobre o caso em questão, enfatizou que como é da área jurídica, não conseguiu ir contra o parecer do assessor da casa, por falta de fundamentação e diante da legalidade do assunto. Novamente com a palavra o senhor vereador Paulo Ziefka. Sugeriu sobre a questão do financiamento em relação a Caixa Econômica, que os vereadores estejam enviando um oficio para o Gerente da Caixa Econômica, solicitando agilidade na liberação dos recursos. Mencionou também sobre a indicação que realizou o protocolo, referente a coleta de lixo no cento da cidade, dos quais recebeu reclamações que os lixos ficam pelas calçadas, amontados, onde ocorre muitas vezes rasgos pelos cachorros ou até atraso do recolhimento pelo Caminhão de lixo, sendo assim, foi solicitado pela criação de alguns pontos de depósitos desse lixo, desse modo se evitaria o acumulo nas ruas, trancando a passagem, como também se evitaria o carregamento dos mesmo pelas chuvas, principalmente no verão, entupindo as bocas de lobo e assim causando enchentes. Reafirmou sobre que a importância de se estar retirando esses lixos das calçadas e colocando em um ponto especifico de deposito, deixando assim a cidade um pouco mais organizada e limpa. Destacou que também lamenta o corte do auxílio aos universitários, visto que “corte na educação é retrocesso certo”, esperando que seja realizado algo favorável a causa. Também relembrou o tema abordado pela vereadora Terezinha Maria Dybas, sobre a dificuldade de contratação de médicos pelo município, mencionando também as falas dos vereadores Darlan André Guliani e Luis Lindecir Pesenti sobre a dificuldade de contratação de veterinários. Enfatizou que ‘não se pode sair em campanha prometendo mundos e fundos visto que não depende só de você” e que as mesmas dificuldades que o governo passado encontrou, este está encontrando e que irá encontrar muito até o final”. Destacou que se deve trabalhar dentro da lei mas a lei não favorece amarrando assim o Poder executivo. Finalizou sua fala ponderando que as grandes promessas dos candidatos feitas em época de eleição não devem ser levadas em contas visto que visão apenas conquistar o eleitor, mas que no momento que assumem o Poder, percebem que “ a coisa não é simples assim”. Com a palavra livre o senhor vereador **Adriano Reinhart.** Iniciou sua fala compartilhando do assunto apresentado pelo senhor vereador Paulo Ziefka sobre o lixo. Comentou sobre a realização de uma reunião no plenário, onde após, até ocorreu uma votação sobre essa questão e que também foi realizado uma reunião com os empresários locais e lojistas localizados no centro da cidade, onde se fizeram presentes a Secretaria de Obras responsável pela Limpezas realizadas pelas Margaridas como também o responsável da Transresíduos, sendo que nesta ocasião foi solicitado caixas de coletas para melhor organização do centro da cidade. Solicitado aparte pelo senhor vereador Luiz Neri Pereira, o qual lhe foi concedido. Comentou que esteve no Samae na data da sessão, e que foi informado pelo senhor diretor Osvalcir Peters, que já estão conversando e entregando panfletos aos comerciantes sobre essa questão de organização e cuidados com lixo. Com a palavra novamente o vereador Adriano Reinhardt. Informou que na reunião realizada já foram apresentado *folders* sobre essa questão da organização e que o mesmo já foi entregue a todos os comerciantes da área central da cidade. Enfatizou que toda essa situação já se encontra bem organizada e que está cobrando a respeito da colocação dessas caixas de coletas de resíduos na área do centro e que nos próximos dias as mesmas já serão colocadas e mais reuniões serão realizados sobre o assunto. Destacou que conforme o senhor vereador Helio Alves também comentou, acredita que deve ser cobrado mais sobre o programa da “ São Bento Sempre Limpa’, visto que não vem ocorrendo com muita frequência a sua realização. Também cobrou a respeito de uma indicação que realizou há muito tempo, sobre a questão da organização do lixo no bairro Rio Natal, onde já foi apresentado um ponto para coleta, cedido pelos moradores, mas que ainda não recebeu respostas pela Samae. Cobrou também da Secretaria de Obras, sobre uma indicação que realizou sobre a questão da Limpeza do Rio Banhados, onde essa solicitação já ocorreu em gestões passadas, mas que não são atendidos pela falta de licenças ambientais, enfatizando que essas situação deve ser olhada com carinho. Também comentou sobre a comissão temporária Especial, onde ocorreu a nomenclatura dos

membros nesta sessão. Enfatizou que a fiscalização sera “ferrenha” e que ocorrerá de forma honesta e com muito trabalho, fiscalizando a parte do Executivo como também do Funcionário Publico. Mencionou que gostaria de relembrar um assunto que foi abordado pelo próprio em sessão passada, sobre a Andrade Guitierrez, onde destacou que já foi realizado pela senhora vereadora Terezinha Maria Dybas a convocação do Procurador do Município a vinda a casa das leis, para explicar sobre o processo que já ocorre desde 2005. Enfatizou que não está para crucificar ninguém mas que irá cobrar, independente de partido. Destacou a fala do senhor vereador Hélio Alves sobre agradecer quando devido e mas cobrar quando necessário. Relembrou também uma frase de sua autoria sobre a questão do processo da Andrade “um cliente sem advogado, um processo fragilizado” e ainda que é obrigação dos procuradores estarem defendendo de forma oral o processo, dando destaque para a forma virtual que veem ocorrendo nos procedimentos jurídicos. Enfatizou que um processo de 28 milhões de reais não pode ser deixado fragilizado. Lembrou que em algum momento este valor deverá ser pago, independente do mandato e que será por meio de Precatória. Solicitado o aparte pela vereadora Carla Odete Hofmann, que lhe foi concedido. Citou que espera que “quem deu origem a esse tipo de conta ao município também seja responsabilizado”. Novamente a palavra com senhor vereador Adriano Reinhardt. Concordou com a fala da vereadora Carla Odete Hopfmann, ressaltando que se fala muito sobre o investimento na saúde e sua dificuldade. Destacou a fala da vereadora Terezinha Maria Dybas sobre o município estar investindo o dobro em saúde. Comentou que seria em torno de 120 milhões de reais de investimento ao ano. Ainda alegou que “28 milhões reais por birra por não querer assinar algum pagamento, deverá ter uma punição”. Solicitou que esse tipo situações não voltem a ocorrer. Informou que leu um pouco sobre o processo, e que não se deve deixar um processo sem supervisão. Alegou que não está culpando a gestão atual, mas que um pouco de culpa ela teve também, já que não esteve presente Finalizando sua fala. Solicitou um aparte a vereadora Terezinha Maria Dybas, o que lhe foi concedido. Informou que já havia uma resposta sobre a coleta de lixo no interior, destacando que a comunidade do Rio Natal está sendo atendida e que toda a região do interior até o segundo semestre do ano que vem será atendida conforme resposta do Presidente do Samae. A senhora presidente destacou a presteza do Executivo, e em menção pública ao senhor Osvalcir Peters, presidente do Samae na agilidade em dar respostas solicitadas, o agradecendo. Não havendo mais nada a ser tratado, a Senhora Presidente Carla Odete Hofmann agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 12 de agosto de 2021, às dezenove horas e encerrou está mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 23 de agosto de 2021.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

DARLAN ANDRÉ GULIANI
Vice-Presidente

LUIZ NERI PEREIRA
Primeiro Secretário

ANGELO RONEI PESCHISKI
Segundo Secretário

ADRIANO REINHARDT

HÉLIO ALVES

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI